

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/07/2016 a 31/07/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Comunidade científica rechaça lei que permite pulverização aérea em zonas urbanas. Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 01/07/2016.....	3
MST, Cimi e Greenpeace debatem Governo Temer e a questão agrária. Site do MST, 05/07/2016.....	5
Agrotóxicos: degradação do Cerrado e incidência de câncer. Andrés Pasquis - Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 06/07/2016	6
Em novo ataque, três indígenas Guarani e Kaiowa são baleados. Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 13/07/2016.....	9
Desmatadores são presos no Maranhão. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 15/07/2016	10
Educadores debatem agroecologia em encontro regional. Site do MST, 25/07/2016.	12
Com dois presos políticos, MST vai recorrer a organismos internacionais. Cristiane Sampaio. Site do MST, 26/07/2016.	14
Jornada de Agroecologia completa 15 anos e registra avanços na educação no campo. Camila Rodrigues da Silva e Michele Torinelli. Site do MST, 28/07/2016.	18
Como ficam os direitos trabalhistas no campo? Rui Daher. Carta Capital, 15/07/2016.....	21

Comunidade científica rechaça lei que permite pulverização aérea em zonas urbanas. Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 01/07/2016

Na segunda-feira, 27 de junho, o presidente interino Michel Temer sancionou a Lei nº13.301/2016 que dispõe sobre medidas de controle do mosquito Aedes aegypti. Em seu conteúdo a lei permite a incorporação de mecanismos de controle vetorial, por meio de dispersão por aeronaves, mediante aprovação das autoridades sanitárias e da comprovação científica da eficácia da medida.

Mesmo diante da negativa da comprovação científica da eficácia da medida pela Fiocruz, pela Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), e pelo próprio Ministério da Saúde, a lei foi sancionada.

Pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) alertam para o quão prejudicial à medida pode ser para a saúde humana e para o meio ambiente e reforçam a importância de se posicionar contra a medida participando do abaixo assinado eletrônico para marcar posição contrária.

A proposta de incluir a pulverização aérea de agrotóxicos em áreas urbanas surgiu do Sindicato de Aviação Agrícola (Sindag), coincidentemente no mesmo ano em que a venda de agrotóxicos recua 20%. A relação entre a pressão dos setores da indústria do agronegócio com a medida foi comentada mais detalhadamente pelo pesquisador do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da ENSP e membro do Grupo de Trabalho Saúde do Trabalhador da Abrasco, Luiz Cláudio Meirelles em entrevista exclusiva à 'ENSP TV'.

Anteriormente, em reunião na ENSP, Luiz Cláudio Meirelles e o também pesquisador do Cesteh/ENSP e membro do Grupo de Trabalho Saúde e Ambiente da Abrasco, Marcelo Firpo, já haviam feito um alerta sobre a possibilidade do projeto de lei que permite a pulverização aérea em áreas urbanas ser aprovado. Ao participar da reunião do Conselho Deliberativo Ampliado da ENSP, que discutiu a conjuntura política do país, Meirelles relatou que o projeto era fruto de pressão de setores do agronegócio e o

objetivo seria abrir precedentes para se barrar a discussão sobre pulverização em áreas rurais, que vem gerando, segundo o pesquisador, uma barbárie no campo brasileiro.

Na mesma ocasião, Marcelo Firpo relatou a experiência que viveu ao participar de uma discussão sobre agrotóxicos no Congresso, que pretendia rever toda a legislação desse campo em benefício dos setores do agronegócio. Segundo Firpo, as frentes de trabalho para buscar passar leis que representam retrocessos em termos de direitos sociais e ambientais estão trabalhando aceleradamente no parlamento brasileiro.

Pesquisadora do Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana e membro do GT Saúde e Ambiente da Abrasco, Karen Friederich afirmou que a liberação da pulverização dos inseticidas deveria ser a última medida a ser tomada. “Os produtos indicados e utilizados para controle do *aedes aegypti* são tóxicos para saúde humana, e isso é demonstrado cientificamente. O Malathion, o mais usado, foi considerado recentemente pelo IARC como provável carcinógeno para humanos. Ou seja, a aplicação de inseticidas pelo fumacê deveria ser a última alternativa para controle do mosquito. A sua aplicação é de baixa eficácia. Para matar o mosquito é necessário que a substância o atinja durante o voo, o que é muito difícil. Também já é demonstrada a resistência dos mosquitos aos inseticidas usados no país.

André Burigo, professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, enfatiza a necessidade de se repensar as cidades, principalmente as políticas de saneamento. “Estamos num cenário político no qual discutimos a aprovação de uma lei de pulverização aérea de agrotóxicos para combater o *aedes aegypti* sobre as cidades quando o conhecimento científico, há mais de 30 anos, demonstra que essa medida não é eficaz para controlar a população dos mosquitos (trata-se de um programa centrado no mosquito e na pulverização de agrotóxicos terrestres), quando deveríamos repensar as cidades. Nosso país não avançou num plano nacional de saneamento básico na velocidade que deveria ter avançado. As políticas de saneamento trazem impacto e reduzem uma série de doenças, é um tipo de mudança que produz justiça social. Poderíamos adotar medidas como a distribuição de telas e tampas para caixas d'água, além de convocar a população para discutir ações que modifiquem as estruturas dos bairros, ou seja, avançar com medidas que são, de fato, impactantes”.

A pulverização aérea para controle de vetores, além de perigosa, é ineficaz. Anos e anos de aplicação de fumacê serviram apenas para selecionar os mosquitos mais fortes,

forçando o aumento nas doses de veneno e a utilização de novos agrotóxicos. Os efeitos na saúde da população exposta à pulverização aérea nas lavouras está extremamente bem relatado no Dossiê Abrasco.

A pulverização aérea é perigosa porque atinge muitos outros alvos além do mosquito. E justo por isso, é também ineficaz. O agrotóxico será pulverizado diretamente sobre regiões habitadas, atingindo residências, escolas, creches, hospitais, clubes de esporte, feiras, comércio de rua e ambientes naturais, meios aquáticos como lagos e lagoas, além de centrais de fornecimento de água para consumo humano. Atingirá ainda, indistintamente, pessoas em trânsito, incluindo aquelas mais vulneráveis como crianças de colo, gestantes, idosos, moradores de rua e imunossuprimidos.

MST, Cimi e Greenpeace debatem Governo Temer e a questão agrária. Site do MST, 05/07/2016.

De Olho nos Ruralistas promove evento nesta quarta, em São Paulo, com transmissão pela internet

O que significa o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário? Para onde vamos com uma Conab (a Companhia Nacional do Abastecimento) privatizada, como pretende o governo interino? Quais os efeitos da migração da Reforma Agrária – e da demarcação de terras indígenas – para a Casa Civil? E os da pulverização de agrotóxicos nas cidades?

MST, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Greenpeace debatem em São Paulo “O governo Temer e a questão agrária”. Ou seja, debaterão a gestão dos conflitos de terra e das destruições ambientais, o futuro dos camponeses e povos indígenas, as decisões capazes de provocar impacto sobre o que comemos – ou respiramos. Nesta quarta-feira, às 19 horas, no Epicentro Cultural (Rua Paulistânia, 66, Vila Madalena).

A iniciativa é do canal De Olho nos Ruralistas, um observatório sobre o agronegócio no Brasil. Pelo MST, participa Gilmar Mauro, da coordenação nacional. Pelo Cimi, Aleandro Laurindo da Silva, da regional Sul. A mesa também será composta pelo coordenador de políticas públicas do Greenpeace, Marcio Astrini.

A TV Drone transmite o evento ao vivo, pela internet. Ela é uma das parceiras do projeto, ao lado do portal Outras Palavras. Entre os apoiadores da criação desse observatório jornalístico estão a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos pela Vida, além do MST, do Cimi e do Greenpeace.

A mediação será feita pelo jornalista Alceu Luís Castilho, coordenador do projeto e autor do livro “Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro” (Editora Contexto, 2012), sobre políticos ruralistas. “Esse debate é urgente”, diz ele. “As violações de direitos no campo e a destruição de biomas podem estar sendo potencializadas numa proporção histórica”.

De Olho nos Ruralistas realiza o debate na reta final de sua campanha de financiamento coletivo. Para produzir um jornalismo independente – com atualização diária de site e um programa de TV pela internet – a partir de doações dos próprios leitores. Você pode saber mais sobre o projeto [clikando aqui](#).

As atualizações sobre o evento (entre elas o link para a transmissão ao vivo) podem ser acompanhadas na página De Olho nos Ruralistas, no [Facebook](#). Ou na página do [evento](#).

Agrotóxicos: degradação do Cerrado e incidência de câncer. Andrés Pasquis - Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 06/07/2016

Qual é um dos pontos em comum entre a alarmante destruição do Cerrado brasileiro e alta e incidência de câncer em certas regiões do Brasil?

A utilização de agrotóxicos* pelo agronegócio nas monoculturas é provavelmente um dos principais catalizadores. Esse tema transversal foi abordado durante a ‘Oficina da saúde da mulher: dialogando sobre o Cerrado e o câncer de mama’, organizada no sábado (25) pela Comissão Pastoral da Terra – CPT de Mato Grosso na comunidade de São Manoel do Pará, município de Nossa Senhora do Livramento, a 32 km de Cuiabá.

Cleudes de Souza Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Livramento, explicou que o Cerrado, berço das águas que alimentam as grandes bacias do continente sul-americano, está em perigo devido à sua exploração pelo agronegócio, com uma utilização desenfreada de agrotóxicos, que empobrecem a terra, poluem os rios, contaminam o ar e envenenam as pessoas.

No entanto, Cleudes explica que esse problema vem de uma mentalidade antiga, cujo único foco é o lucro, representada hoje pelo agronegócio, a matriz energética e um sistema patriarcal e discriminatório. “A mulher criou a agricultura cerca de 10.000 anos atrás, e aí o homem criou a propriedade privada. A propriedade privada permitiu a dominação do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher”, disse Cleudes, demonstrando que, no final das contas, muitos dos problemas enfrentados hoje pela sociedade estão relacionados. O presidente lamenta que temas como esses não sejam ensinados nas escolas, pois através de uma verdadeira conscientização, haveria uma possibilidade de lutar contra a utilização exagerada de agrotóxicos, a degradação do Cerrado e a propagação de vários tipos de câncer. Em outras palavras, seria uma garantia para nossa saúde e nosso futuro.

Na sequência, Adriana Catelli Correa, representante da MTmamma amigos do peito, introduziu o trabalho da Associação, criada em março de 2009, cujo objetivo é auxiliar pessoas portadoras desse câncer, através de programas educativos, atendimento psicossocial, atividades voltadas para a autoestima, orientações jurídicas, terapias complementares e capacitação de voluntários, entre outros.

O trabalho da MTmamma começou com voluntários que levavam café e conforto para pacientes e famílias vítimas dessa doença, já que além dos impactos físicos que o câncer tem, existem graves impactos psicológicos e emocionais. A representante denunciou que, além disso, a mulher tem que enfrentar o preconceito espalhado pela imagem de feminilidade ligada ao peito, imagem imposta por essa mesma sociedade machista e patriarcal.

“Hoje, a mulher é extremamente objetificada, reduzida a um par de seios, a um pedaço de carne. No caso do câncer de mama, não só cria insegurança e vergonha terríveis, como põe vidas em risco, já que muitas mulheres preferem ignorar certos sinais da doença, por medo de perder o peito”, lamentou Adriana. Nesse sentido, as voluntárias da Associação realizam um forte trabalho de conscientização e troca de vivências, já

que muitas delas passaram ou passam por essa dolorosa experiência. O trabalho é ainda mais importante quando se trata de comunidades do campo, cujo acesso às informações e infraestrutura é mais difícil. No entanto, até nos centros urbanos existem muitas carências de infraestrutura e atendimento, lembrou a representante. Ela defende que muitos esforços em políticas públicas precisam ser feitos pelos governos estadual e federal.

Para lutar contra o câncer e a degradação do Cerrado, existem alternativas, como um sistema pautado na agroecologia. A agroecologia luta por um estilo de vida saudável e pelos direitos e empoderamento da mulher. Irmã Vera, coordenadora regional da CPT, explicou que a organização trabalha essas problemáticas e muitas mais, desde sua criação com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, 40 anos atrás, durante a ditadura militar.

“A Comissão foi criada com lavradores, sindicatos, povos e comunidades do campo submetidos às violências e conflitos. Não é uma igreja, não representa uma só religião, é uma organização ecumênica que luta por uma sociedade social e ambientalmente justa”, afirmou.

No Mato Grosso, a CPT é um dos membros fundadores do Grupo de Intercâmbio em Agroecologia – Gias, uma rede de cerca de 40 organizações cujo objetivo é alertar a sociedade mato-grossense sobre as ameaças representadas pelo agronegócio, demonstrando que outro sistema social, ambiental e economicamente justo é possível: a agroecologia. Nessa ótica, a agroecologia garante a segurança e soberania alimentar, protege o meio-ambiente, promove populações e povos tradicionais, empodera mulheres, jovens e a agricultura familiar, e valoriza o intercâmbio de conhecimentos tanto recentes quanto ancestrais.

No entanto, Gloria María Grández Muñoz avisou que essas lutas, que já eram difíceis até então, vão provavelmente ficar piores ainda, dada a atual conjuntura política do país. “Estamos vivendo uma situação muito triste, com um governo golpista que não para de cometer retrocessos contra a agricultura familiar, a saúde, a educação e as mulheres. Em apenas um mês conseguiu acabar com várias conquistas alcançadas pela sociedade civil e os movimentos sociais. Por isso precisamos ficar unidos, atentos e nos organizar”, concluiu a assistente social ligada à CPT e assessora do deputado federal Ságuas Morães.

Em novo ataque, três indígenas Guarani e Kaiowa são baleados. Site da Comissão Pastoral Da Terra (CPT). 13/07/2016

Homens armados em quatro caminhonetes e um trator atacaram violentamente os indígenas Guarani e Kaiowa acampados no Tekoha Guapoy, na Terra Indígena (TI) Dourados-Amambaieguá I, na noite de segunda-feira, 11, no município de Caarapó (MS), no mesmo local onde foi assassinado o agente de saúde Clodiodi de Souza no mês passado.

Três pessoas foram atingidas por tiros de armas de fogo: um adulto de 32 anos e dois jovens, um de 15 e outro de 17 anos. Um deles está em estado grave, e não haviam sido encaminhados para hospital, até últimas informações divulgadas. O ataque ocorreu sob a presença na região da Força Nacional de Segurança.

Além do massacre de 14 de junho, os indígenas de Caarapó ainda enfrentam uma ordem de reintegração de posse contra a comunidade acampada no tekoha Kunumi Vera – outro acampamento que compõe a mesma TI – e uma ameaça de prisão de lideranças. Há relatos de perseguição sofrida pelos Kaiowa e Guarani na cidade.

Este não é o primeiro ataque contra Guapoy. Em 19 de junho, indígenas relataram ter sido atacados a tiros por homens em caminhonetes, mas ninguém ficou ferido.

O último ataque, contudo, foi mais violento. Os Kaiowa relatam que, por volta das 21 horas desta última segunda-feira, as famílias do Guapoy estavam dançando guaxiré e rezando, quando visualizaram um trator do tipo pá-carregadeira e quatro caminhonetes rondando a área do acampamento, além de sons de disparos.

Cerca de uma hora depois, os veículos se aproximaram do acampamento. “Eles vinham bem devagarzinho. Na frente, a ‘concha’ [trator] com os faróis acesos. Atrás, as caminhonetes, de luzes apagadas. Aí eles começaram a gritar ‘sai daí, seus vagabundos!’, e vinham na nossa direção”, relata um dos sobreviventes.

“Aí desligou as luzes da ‘concha’, e ligou das caminhonetes. Foi aí que dois homens dentro da ‘concha’ apareceram e começaram a atirar, e outros das caminhonetes também saíram atirando, e a gente saiu tudo correndo”, continua outro indígena, também atingido pelos tiros.

No ataque, três indígenas – um adulto, de 32 anos, e dos menores de idade – de 17 e de 15 anos – foram atingidos por tiros. Um deles levou um tiro que atravessou seu braço, e outro foi atingido no joelho. O tiro que atingiu um dos jovens atravessou seu braço e também o tronco – a bala agora está alojada no tórax, e ele corre risco de complicações. E não se trata de munição de borracha.

As duas afirmações – sobre o estado de saúde e o tipo de munição que atingiu os indígenas – vem da equipe médica do posto de saúde da reserva Tey'ikue, onde estão sendo atendidos os indígenas, na manhã de terça-feira, 12. Segundo eles, os projéteis que atingiram os indígenas aparenta ser ao menos de calibre 38. Um dos jovens apresenta, segundo a equipe médica, sinais de atelectasia e precisa ser levado a um hospital com urgência.

Indígenas que sofreram o ataque afirmam reconhecer ao menos quatro dos homens que os atacaram à noite como proprietários e funcionários de fazendas da região.

Desmatadores são presos no Maranhão. Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 15/07/2016

Operação do Ibama com a Polícia Federal desarticula quadrilha que extraía madeira ilegal em áreas de proteção no Estado e em regiões vizinhas.

A Polícia Federal (PF) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizaram nesta quinta-feira (14/07) a Operação Hymenaea, com o objetivo de combater grupo criminoso ligado à extração e comercialização de grandes quantidades de madeira da Terra Indígena (TI) Caru e da Reserva Biológica (Rebio) do Gurupi, ambas no Maranhão. A retirada ilegal de madeira das duas unidades de conservação chega a 120 mil m³ por ano, o equivalente a cerca de 30 mil árvores, segundo estimativa da movimentação nas serrarias do entorno.

Segundo o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo, a operação é resultado da parceria com a PF no Maranhão, que desarticula mais uma quadrilha do crime organizado, tendo como resultado a redução da pressão sobre a floresta.

Os servidores da PF e do Ibama, com o apoio de três aeronaves e de explosivistas do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) de Brasília e do Rio de Janeiro, cumprem 77 medidas judiciais, sendo 11 mandados de prisão preventiva, 10 de prisão

temporária, 56 de busca e apreensão, além da suspensão da certificação de 44 empresas madeireiras nas cidades de São Luís, Imperatriz, Buriticupu, Açaílândia, Zé Doca, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim, Governador Nunes Freire, todas no Maranhão. Mais quatro cidades ficam no Rio Grande do Norte (Tibau, Mossoró, Parnamirin e Natal) e uma, no Ceará: Capuí.

As serrarias e os equipamentos foram destruídas no local. Segundo o coordenador de Operações de Fiscalização do Ibama, Roberto Cabral, uma ação mais enérgica, com a destruição das 21 serrarias, é a última e mais adequada medida, pois várias delas já haviam sido autuadas, embargadas e desmontadas, mas voltaram a funcionar.

EXTRAÇÃO ILEGAL

A organização criminosa atuava extraindo madeira ilegalmente das reservas, que era esquentada por meio de documentação fraudulenta. Um integrante da quadrilha era o responsável por emitir documentos destinados a microempresas laranjas cadastradas como construtoras em pequenas cidades no interior do Rio Grande do Norte, sendo que o real objetivo da manobra era desviar a madeira para receptadores em todo o Nordeste.

A exploração ilegal causa danos ambientais nos últimos remanescentes da floresta amazônica na região nordestina. De acordo com a PF, o grupo teria movimentado pelo menos R\$ 60 milhões. Segundo Roberto Cabral, a degradação ambiental causada pelos cortes torna as áreas mais sujeitas a incêndios florestais, como o que ocorreu em 2015 na TI Araribóia. “Outro dano silencioso é a morte de animais com a caça ilegal pelos infratores.”

As autoridades sequestraram mais de R\$ 12 milhões de diversas pessoas físicas e jurídicas, provenientes da lavagem do dinheiro auferido com a extração ilegal da madeira.

CRIMES

Os investigados responderão por crimes como participação em organização criminosa, lavagem de capitais, roubo de bens apreendidos, obstar a fiscalização ambiental, desmatamento na Terra Indígena Caru e na Reserva Biológica do Gurupi, receptação qualificada, ter em depósito produto de origem vegetal sem licença válida, corrupção ativa, tráfico de influência, dentre outros.

A reserva indígena de Caru é abrigo de aldeias isoladas da etnia Awa. Essas aldeias foram contatadas recentemente e ganharam distinção internacional como uma das últimas isoladas da região nordestina.

A operação foi batizada de HYMENAEA em referência ao gênero de uma das espécies exploradas ilegalmente na Terra Indígena Caru e na Reserva Biológica do Gurupi., o jatobá (*Hymenaea courbaril*).

OPERAÇÃO LIGNUM

Em março deste ano o Ibama, em conjunto com a PF, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Ministério Público Federal (MPF), realizou a Operação Lignum (madeira em latim) para coibir o roubo de madeira de Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Maranhão. A ação resultou na prisão de 11 pessoas e na desativação de 10 serrarias ilegais, localizadas no entorno das TIs Alto Turiaçu, Caru e Awá, além da Rebio do Gurupi.

Educadores debatem agroecologia em encontro regional. Site do MST, 25/07/2016.

Diversos objetivos foram apontados durante o encontro. O principal deles foi o de aprofundar a importância do educador do campo diante da construção da agroecologia como ferramenta de transformação social

Com o tema “A relação dialética entre o Ser Militante e o Educador do Campo na construção da Agroecologia”, cerca de 320 profissionais da educação realizaram o 29º Encontro de Educadores e Educadoras da Regional Extremo Sul, em Porto Seguro, extremos sul da Bahia.

Ocorrido entre os dias 21 e 23 de julho, diversos objetivos foram apontados durante o encontro. O principal deles foi o de aprofundar a importância do educador do campo diante da construção da agroecologia como ferramenta de transformação social. Além disso, dá continuidade ao processo de mobilização para Jornada Cultural Nacional: Alimentação Saudável um Direito de Todos, que será realizada ainda este ano.

Agroecologia e educação

Eliane Oliveira, do coletivo estadual de educação, comentou que estamos diante de uma grave situação de degradação ambiental provocada pelo modelo de produção do agronegócio. "O encontro de educadores vem denunciar essa realidade e ao mesmo tempo fortalecer o debate sobre a agroecologia, além de pautar a necessidade de que seja inserida como disciplina na grade curricular da educação do campo".

Eliane ainda comentou que atualmente, nos municípios de Alcobaça e Santa Cruz Cabrália, o MST vem atuando no trabalho sobre agroecologia como disciplina e em outros municípios os trabalhos são de forma interdisciplinar. "Em 2017, pretendemos ampliar essa proposta curricular", afirmou Oliveira.

Pré encontros

Para a realização desta atividade, nos meses de maio e junho foram realizados seis pré encontros em vários municípios do Extremo Sul. Com objetivo de estudar e avaliar a realidade da Educação do Campo nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST, também se pautou nos debates a importância da agroecologia na construção da Reforma Agrária Popular.

O Extremo Sul da Bahia possui 52 escolas do campo, registradas e anexas, com cerca de 292 educadores e educadoras atuantes desde as modalidades da educação infantil ao ensino médio.

Para Zena Figueiredo, da direção estadual do MST, os encontros de educadores sejam eles estaduais, regionais e das brigadas, possuem o caráter da formação continuada, com a tarefa de fortalecer a relação entre a escola e a comunidade, através do debate de temas relacionados ao dia a dia das famílias.

"Os educadores do campo devem ser agentes de formação, transformação e

sensibilizadores deste processo, porque o acesso a terra é um processo de humanização, através de uma agricultura voltada ao trabalhador”, destacou Figueiredo.

Já Valmir Assunção, deputado federal (PT-BA), falou sobre a importância da Educação do Campo na construção da agroecologia e denunciou o golpe contra a democracia perpetrado pelo governo golpista de Michel Temer (PMDB).

”A educação do campo é uma conquista das famílias camponesas e um elemento importante na construção da Reforma Agrária Popular, mas infelizmente encontra-se ameaçada com a imposição das políticas neoliberais do governo golpista”, concluiu o deputado.

Com dois presos políticos, MST vai recorrer a organismos internacionais. Cristiane Sampaio. Site do MST, 26/07/2016.

Para as entidades e os pesquisadores que acompanham o caso, as prisões resultam de articulações patrocinadas por expoentes do agronegócio

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Goiás está se articulando para levar o caso das prisões políticas no estado a organismos internacionais. O estado, que atualmente tem três presos políticos, sendo dois do MST, vem se destacando pelo aumento da repressão aos movimentos populares.

“É uma das estratégias que temos agora. Estamos nos movimentando pra levar o caso para a Organização das Nações Unidas, para a Organização dos Estados Americanos (OEA) e, se for preciso, até mesmo para o Vaticano”, informou Gilvan Rodrigues, da coordenação nacional do MST.

De acordo com o advogado do MST Allan Hahnemann Ferreira, o movimento está aguardando o resultado do pedido de revogação de prisão preventiva do agricultor Luiz Batista Borges e do geógrafo Valdir Misnerovicz.

A solicitação foi feita no último dia 13 junto à Vara da Comarca de Santa Helena de Goiás, interior do estado. Entre outras coisas, o MST alega que não há motivos para as prisões porque os dois militantes são réus primários, têm bons antecedentes e residência fixa.

Dois dias depois do ajuizamento do pedido, a 1ª Promotoria de Justiça da comarca manifestou posicionamento contrário ao relaxamento de prisão. No parecer, o promotor Sérgio Luís Delfim, que responde temporariamente pelo caso, alega, entre outras coisas, a necessidade de “proteção à ordem pública”.

O Brasil de Fato procurou o promotor para conversar em detalhes sobre o posicionamento da instituição, mas não conseguiu contato com a respectiva promotoria nem com a assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual de Goiás.

Histórico do caso

As prisões, determinadas no dia 14 de abril por um colegiado de juízes da comarca, baseiam-se numa tentativa de enquadrar o MST como organização criminosa, com base na Lei nº 12.850/2013.

Luiz foi preso no mesmo dia do mandado, no município de Rio Verde (GO), ao comparecer para depor, e Valdir, no dia 31 de abril, em Veranópolis (RS). Outros dois militantes do MST contra os quais também foram expedidos mandados de prisão estão exilados pelo movimento. Os mandados se relacionam à ocupação de uma parte da usina Santa Helena, em recuperação judicial, onde há mais de 1.500 famílias ligadas ao MST.

O movimento se queixa da demora na liberação dos presos. “A Justiça de Goiás fica protelando inclusive a publicação dos votos dos desembargadores em relação ao caso, porque isso atrasa a atuação dos nossos advogados junto ao Superior Tribunal de Justiça

[STJ]. Eles fazem isso porque sabem que as prisões são políticas e sem sustentação de provas, o que faz com que provavelmente eles possam perder a causa a terceira instância. Adiar a publicação é uma forma de garantir o prolongamento das prisões”, critica Gilvan.

O agricultor Lázaro Pereira da Luz, que não pertence ao MST e foi o terceiro militante da causa agrária a ser preso, no dia 15 de junho, aguarda o julgamento do pedido de habeas corpus, que pode entrar na pauta da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás nesta semana.

Perseguição política

Para as entidades e os pesquisadores que acompanham o caso, as prisões resultam de articulações patrocinadas por expoentes do agronegócio.

“Essa é uma situação preocupante e recorrente no Brasil. Em Goiás, neste momento em particular, essas ações do Governo do Estado têm como objetivo a contenção das ações do MST, que deixou de ocupar áreas na periferia do agronegócio para ocupar zonas mais centrais e estratégicas, chegando a fazendas importantes. Essas áreas, consideradas produtivas pelo agronegócio, são, na verdade, latifúndios com uma nova faceta. As ações do MST desagradaram as elites, que passaram a pressionar o governo e pedir uma repressão mais violenta”, analisa o professor Manoel Calaça, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFGO).

Ele é um dos pesquisadores que integram o Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino, criado no mês passado para articular grupos, entidades e militantes interessados em somar forças contra a ofensiva conservadora que toma conta do estado.

Calaça conta que recebeu com indignação a notícia das prisões. “No caso do Valdir, por exemplo, que é uma pessoa que conheço bem, ele faz um trabalho muito importante de luta pela reforma agrária, e isso é reconhecido pelos órgãos públicos, pela Igreja, etc. É

uma pessoa que só quer o bem de todos, mas esse bem que ele prega incomoda a burguesia nacional e internacional, aí surge a tentativa de conter o movimento. É um processo de cercamento do campesinato pelo capital aqui em Goiás. Faz parte da consolidação do modelo neoliberal”, relaciona o professor.

De acordo com Gilvan Rodrigues, da coordenação do MST, o contexto atual dificultou a relação do movimento com o poder público estadual. “O diálogo, que nunca foi fácil, ficou ainda mais difícil agora. Acho que a Secretaria de Segurança Pública deve uma resposta à sociedade sobre essas prisões arbitrárias e sem fundamento”, afirmou.

O Brasil de Fato procurou a assessoria de imprensa da Secretaria para tratar das críticas, mas as ligações não foram atendidas.

Estatísticas da violência

A violência no campo tem registrado um aumento no Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o ano de 2015 teve, ao todo, 50 casos de assassinatos, o maior número desde 2004.

Embora em Goiás não tenha ocorrido nenhuma morte, a situação do Centro-Oeste é considerada delicada. A região teve um aumento de 29% no número de conflitos de terra no comparativo entre 2014 e 2015.

Além disso, o número de pessoas envolvidas saltou de 77.982 para 147.015. Um crescimento de 89% no período. O estado de Goiás, por exemplo, quase dobrou o número de conflitos registrados, que passou de 21 para 39, 86% a mais.

“As oligarquias aqui no estado sempre foram muito fortes e as fragilidades do cenário político do ano passado pioraram a situação, o que ajuda a explicar os números”, afirma Paulo César Moreira, da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo ele, a CPT acompanha com preocupação o atual cenário de escalada da violência no campo e teme que o caso das prisões no estado gere situações semelhantes pelo Brasil.

“Goiás tem sido um forte centro de repressão, tendo como foco os sem-terra, e está sendo um laboratório para o país porque tem algumas táticas usadas aqui que estão sendo copiadas em outros lugares, como no Pará, por exemplo. Isso é um risco sério”, disse.

Jornada de Agroecologia completa 15 anos e registra avanços na educação no campo. Camila Rodrigues da Silva e Michele Torinelli. Ite do MST, 28/07/2016.

Mais de três mil pessoas de todo o país participam do evento, além da brigada internacionalista, que conta com militantes do movimento campestino da América Latina e da Europa.

Amar o campo ao fazer a plantação,/ Não envenenar o campo é purificar o pão/ Amar a terra e nela plantar semente / a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente

Ao som de “Caminhos Alternativos”, do poeta Zé Pinto, começou nesta quarta (27) a 15ª Jornada de Agroecologia em Lapa, sul do Paraná – que se estende até sábado (30). Mais de três mil pessoas de todo o país participam do evento, além da brigada internacionalista, que conta com militantes do movimento campestino da América Latina e da Europa.

Os 15 anos da Jornada trouxeram avanços importantes relacionados principalmente à educação do campo. O dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná (MST-PR) Armelindo Maia, conhecido como Beá, elencou algumas delas: “Temos nossas escolas de agroecologia de ensino médio e graduação, a Escola Latino Americana de Agroecologia, que está na 4ª turma; mudança das grades de educação no campo na rede de escolas de ensino fundamental e médio, mais próxima da nossa realidade; além de universidades com cursos de graduação e mestrado”, enumerou.

João Pedro Stedile, dirigente nacional do MST e o militante de agroecologia, Vanderley Ziger participam de análise de conjuntura / Foto: Leandro Taques

Análise de conjuntura

João Pedro Stedile, dirigente nacional do MST e o militante de agroecologia, Vanderley Ziger participam de análise de conjuntura.

“Essa Jornada não é mais só do Paraná nem só de agroecologia. É um encontro, um festival que se transformou em uma referência no Brasil e em toda a América Latina”, definiu João Pedro Stedile, dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que iniciou as atividades com uma análise de conjuntura junto ao militante de agroecologia, Vanderley Ziger.

Stedile destacou os interesses do capital no golpe em curso no Brasil. “Em momentos de crise, a primeira medida é aumentar a exploração sobre o trabalho, diminuindo salário, botando metade dos trabalhadores na rua. A segunda é disputar a mais-valia social, ou seja, os impostos e as rendas direcionadas a serviços públicos. Hoje, está em jogo R\$ 220 bilhões. A terceira medida é se apropriar das empresas públicas e o capital está de olho no Banco do Brasil, na Caixa, na Petrobras e nas hidrelétricas como a Itaipu, que é a maior fábrica de dinheiro do mundo. A quarta medida é se apropriar dos recursos naturais, como a água”, disse.

Para ele, o golpe foi uma articulação do poder econômico para aplicar essas quatro medidas clássicas e reverter sua taxa de lucro. “Não foi um golpe contra Dilma, pessoalmente”.

“A crise do capitalismo não é só da forma de produção, mas do Estado burguês. Os governos de todo o mundo não conseguem controlar o capital”, conclui.

Stedile lembrou ainda as ações de Temer já concretizadas contra a agricultura e os

camponeses, como o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que interrompeu todas as políticas públicas em favor dos camponeses, a aprovação da lei que autoriza a pulverização de agrotóxicos e a transferência do Incra para a Casa Civil. “ ‘Fora, Temer’ é sinônimo de agroecologia e Reforma Agrária”, sintetizou.

Durante sua fala, Vanderley Ziger ressaltou os desafios que se colocam para a agricultura familiar e que também dizem respeito à educação, à cultura e à pesquisa. Ele aponta que cada vez se investe menos no ensino no campo. Por outro lado, há projetos inovadores que devem ser aprofundados, como a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que já tem dez anos, mas que também vê seu projeto popular ameaçado por uma visão voltada ao agronegócio. “É fundamental que as universidades estejam cada vez mais alinhadas com o projeto de agricultura familiar”, defende.

O militante da agroecologia destaca ainda a necessidade de valorizar os saberes e os costumes locais, em contraposição a um consumismo que assimila os produtos que vêm de fora sem senso crítico. Em relação à pesquisa, indica que é preciso reconhecer a importância da conservação das sementes, fundamental para a autonomia dos povos. “Mas as políticas públicas estão indo no sentido contrário. E o pior é que quem ousa propor um outro projeto e denunciar o agronegócio, é criminalizado”, denuncia.

“Políticas públicas não se fazem sozinhas. Grande parte da verba que passou pela mão do agricultor foi parar nas grandes empresas. Não adianta o recurso do bolsa família se os beneficiários não forem politizados. Essa é a questão central para nós da agricultura familiar: não adianta multiplicar os recursos para o agricultor se não conseguirmos trazê-los para esses espaços de formação”, complementa.

Para Ziger, no entanto, o palco que deve centralizar ações de luta é a rua. “Esse é um espaço bacana, mas precisamos de mobilização. É importante fazer a crítica no Facebook, na internet, nas nossas associações, aqui. Mas precisamos de gente na rua consciente, não sem saber o que está fazendo vestida de verde e amarelo, mas lutando pelos seus direitos”, convoca.

A atual crise é uma oportunidade para que, além de de mais atenção, a classe trabalhadora possa se reorganizar. Um processo que, segundo Ziger, já é possível sentir. Ele indica a Frente Brasil Popular como um importante espaço para a atuação unitária, já fortalecida entre os trabalhadores do campo, mas que precisa mobilizar os trabalhadores da cidade para a luta comum contra o golpe.

Referências e trocas

A escolha do local não foi aleatória: Lapa é um município onde cerca de 40% da população ainda vive no campo, organizada em 68 comunidades. Além disso, a cidade abriga iniciativas de referência nacional sobre agroecologia, como o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e o Instituto Agrônomo do Paraná.

Seis desses locais serão espaços para oficinas de experiências agroecológicas, que acontecerão nesta quinta (28). Os participantes poderão escolher entre 40 oficinas oferecidas.

Na sexta, haverá seminários temáticos sobre agrotóxicos, sementes, educação no campo e soberania ambiental.

No último dia será produzida uma carta com a síntese das propostas e iniciativas populares para o próximo período.

Como ficam os direitos trabalhistas no campo? Rui Daher. Carta Capital, 15/07/2016.

A menor proteção aos trabalhadores é uma mudança ainda mais complexa no mundo rural

Se vocês acham que a paixão ardente do empresariado nacional, homens e mulheres, está em belos atores, atrizes, modelos ou dançarinas do Faustão, muito se enganam.

Nem mesmo a cena de beijo ardente na areia entre Burt Lancaster e Deborah Kerr, em “A um Passo da Eternidade” (*Fred Zinnemann, 1953*), inspira seus pensamentos eróticos. Tesão mesmo é mudar a legislação trabalhista.

Criada por Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1953, 63 anos atrás e de essência pouco modificada no período, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), atualmente, é mais julgada pela sua idade do que por sua alma. Da previdenciária também se queixam. Querem-nas menos paternalistas e mais livres do Estado.

Trata-se de “dividir os sacrifícios para voltar a crescer”. Como exemplo, citam a perda de participação da indústria no PIB sem perceberem ser esta uma tendência mundial desde que privilegiaram os serviços financeiros na economia e passaram a chamar imperialismo de globalização.

E o que devem fazer os trabalhadores que tanto perderam em três décadas? Ora, conformarem-se e assumirem suas culpas diante dos estudos e opiniões de economistas que acusam a atual legislação de travar a livre iniciativa, explodir o déficit da Previdência, e não se adequar aos avanços tecnológicos.

Para eles, mudaram as relações entre capital e trabalho. Assim: agorinha mesmo, golpe a um milímetro da consolidação, time econômico neoliberal escalado, o primeiro alvo se volta aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Moleza as nossas vidas, caros os benefícios concedidos, desproporcionais ao potencial de lucro e competitividade das empresas, infeliz a Federação de Corporações, pois.

O assunto é mesmo espinhoso. A intromissão do Estado na relação entre quem empreende e aplica capital e aqueles que alugam força de trabalho foi crescente e necessária enquanto a relação de forças foi absurdamente favorável aos primeiros.

A pergunta é quanto isso mudou e em que proporção, diante das evidências que mostram um mundo com maior concentração de riqueza, dominado por estratos políticos representativos da dominação econômica, geradores conflitos e massacres de populações minoritárias?

Serão soluções assistencialistas e legislações paternalistas assim tão absurdas hoje em dia, se todas as inovações conceituais e tecnológicas parecem surgir contra os fundamentos da valorização do trabalho? Não lhes parece que em sociedades cada vez mais desiguais as respostas devem trazer soluções específicas e não universais?

Dá o clássico nó, difícil de desatar em países onde o poder de plantão é decidido pelo voto. A menor proteção aos trabalhadores só não ocorreu ainda por que privilegiar a produtividade da economia barateando o labor é medida impopular. Em “tempos idos de março de 1964” teria sido mais fácil, mesmo assim não o fizeram.

Aqui de nosso cantinho agro, tais mudanças parecem ainda mais complexas, sobretudo depois que vários direitos de outros setores foram estendidos ao mundo rural.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizou um estudo mostrando impossível aplicar a idade mínima de 65 anos para aposentadoria no trabalho no campo. Baseia-se no fato de que a vida no meio rural começa, muitas vezes, antes dos 14 anos.

Suas pesquisas mostram que isso acontece entre 78% dos homens e 70% das mulheres. Andanças Capitais dão-me certeza disso. O estudo vai além: prejudicar-se-ia (mesóclise interina) os trabalhadores rurais em relação aos urbanos que ingressam no mercado de trabalho mais tarde, preparados e estudados.

Será? Ainda? Em que proporção? Acho o tema muito mais complexo para enfoque tão raso. Sem romantizar o passado, lembrando meninos que passavam nas ruas acendendo lampiões ou entregando jornais, pelo Censo Agropecuário de 2006, havia 16 milhões de pessoas que se declararam em ocupação laboral agrária, tendência declinante de participação sobre o total da população brasileira. No entanto, 50% deles moravam na zona urbana.

Embora o perfil produtivo voltado à exportação de commodities e a modernização tecnológica apareçam como principais causas do declínio, vários fatores contribuem para isso, desde o envelhecimento e a redução no tamanho médio das famílias rurais até a migração de jovens para os centros urbanos, passando pela falta de qualificação para operar maquinário mais moderno. Pontos que provavelmente se confirmarão quando, enfim, o IBGE receber recursos para realizar um novo censo.

O trabalho no campo, sem dúvida, é mais afeito a ampliar a divisão de tarefas para além do núcleo principal da família, estendendo-o aos filhos e crianças da casa, enquanto o urbano, muito mais pulverizado, faz com que cada membro se desloque até postos de trabalhos desvinculados do ambiente da casa.

Na universidade existem estudos profundos sobre o assunto. Analisam fatores multidisciplinares importantes e capazes de formular modelos que atendam às necessidades de segurança específicas do mundo rural em relação ao trabalho.

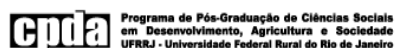
Alguns deles já comentados em colunas passadas. No início de 2015, escrevi para a versão impressa de CartaCapital matéria sobre como e onde estava acontecendo uma “Volta ao Rural”. Sabe-se lá. Protegidos todos os trabalhadores precisam ser.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Secretária
Diva de Faria

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa